O Boletim de Conjuntura publica ensaios, artigos de revisão, artigos teóricos, artigos empíricos, resenhas e vídeos relacionados às temáticas de políticas públicas.

O periódico tem como escopo a publicação de trabalhos inéditos e originais, nacionais ou internacionais que versem sobre Políticas Públicas, resultantes de pesquisas científicas e reflexões teóricas e empíricas.

Esta revista oferece acesso livre imediato ao seu conteúdo, seguindo o princípio de que disponibilizar gratuitamente o conhecimento científico ao público proporciona maior democratizacão mundial do conhecimento.



BOLETIM DE CONJUNTURA

BOCA

Ano I | Volume 1 | Nº Especial | Boa Vista | 2019

http://www.ioles.com.br/boca

ISSN: 2675-1488

http://doi.org/10.5281/zenodo.3815009

BOLETIM DE CONJUNTURA

www.revista.ufrr.br/boca

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO: UMA ANÁLISE DA DISTRIBUIÇÃO DE RIQUEZA E SEU IMPACTO SOCIAL

Jose Antonio Marcelino[1]

Andrey Monteiro[2]

Resumo

A distribuição das riquezas geradas por empresas pode afetar a realidade socioeconômica local, haja vista que esses recursos serão distribuídos à população, melhorando assim a qualidade de vida dos indivíduos. Seguindo essa linha, a presente pesquisa tem como objetivo analisar a relação entre a distribuição de riqueza demonstrada na DVA das empresas de capital aberto e o IFDM dos municípios sede dessas empresas. Para alcançar esse objetivo, foi feita uma análise das DVAs de empresas de capital aberto listados na BM&FBovespa, que atuam em um único município e o IFDM dos municípios sede dessas empresas. A amostra é composta por 20 empresas que possuem atividade econômica focada em apenas um município. Com base no coeficiente de correlação de postos de Spearman, foi possível verificar que o coeficiente de correlação entre a riqueza distribuída pelas empresas e o IFDM dos municípios, em todas as suas categorias é muito baixo, sendo assim considerado inexistente. Com a análise dos resultados, foi possível concluir que o valor adicionado, demonstrado na DVA como distribuído a todos os stakeholders, não está associado com os Índices FIRJAM de desenvolvimento municipal da amostra da pesquisa.

Palavras-chave: BM&FBovespa; DVA; IFDM.

Abstract

The distribution of wealth generated by companies can affect the local socio-economic reality, considering that these resources will be distributed to the population, thereby improving the quality of life of individuals. Following this reasoning, this research aims to analyze the relationship between the distribution of wealth shown in the Value Added Statement (VAS) of publicly traded companies and the IFDM of the municipalities where these companies are located. To achieve this objective, an analysis was made of the VAS of publicly traded companies listed on the BM&FBovespa that operate in a single municipality and the IFDM of the municipal districts of these companies. The sample consists of 20 companies that have economic activity focused on only one municipality. Based on Spearman's rank correlation coefficient, it was possible to verify that the correlation coefficient between the wealth distributed by the companies and the IFDM of the municipalities, in all its categories, is very low, thus being considered non-existent. With the analysis of the results, it was concluded that the value added, shown in the VAS as distributed to all stakeholders, is not associated with the IFDM of the research sample.

Keywords: BM&FBovespa; IFDM; VAS.

INTRODUÇÃO

Desenvolvida com o intuito de gerar riqueza, toda atividade econômica é envolvida por inúmeros agentes econômicos. A riqueza que essa entidade gera, é distribuída para esses agentes, não se preocupando com o grau de participação no processo produtivo da empresa.

[1] Doutorando em Educação (USEK/Chile). Professor do Centro de Ciências Sociais Aplicadas do Curso de Ciências Contábeis da Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP). E-mail para contato: josemarcelino@uenp.edu.br

[2] Bacharel em Ciências Contábeis pela Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP). E-mail para contato: andreymonteioficial@gmail.com

Essa distribuição é capaz de gerar grandes melhorias nas condições de vida da comunidade em que a empresa se encontra. Portanto, há uma necessidade de acompanhar e avaliar se há melhorias sociais.

Existem inúmeras maneiras de se medir e acompanhar o desenvolvimento socioeconômico. No Brasil, no que tange ao âmbito municipal, o Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM) é referência no acompanhamento (IFDM, 2018).

Embora a análise de como a riqueza é criada e distribuída é objeto de estudo da Ciência Econômica, a Ciência Contábil também foi capaz de deixar sua contribuição nesse tópico, desenvolvendo uma demonstração financeira capaz de exemplificar a forma de distribuição do valor agregado de uma entidade (MARCELINO; DE SOUZA, 2020).

O relatório chama-se Demonstração do Valor Adicionado (DVA) e como descrito no Pronunciamento Técnico CPC 09, objetiva a demonstração de informações relativas à riqueza de uma entidade, evidenciando como esse valor foi criado e como foi sua distribuição, durante determinado período.

Para Van Staden e Vorster (1998) e Cunha, Ribeiro e Santos (2005), a Demonstração do Valor Adicionado (DVA), objetivava a expansão dos relatórios financeiros. No geral, as demonstrações financeiras eram destinadas principalmente aos acionistas, mas com a criação da DVA, foi possível informar como a riqueza é distribuída entre todos os participantes, como por exemplo, seus empregados, financiadores, acionistas e governo (*apud* CUNHA, OLIVEIRA; RECH, 2015).

Seguindo essa linha, a demanda por essa informação é importante para inúmeros usuários, por exemplo, financiadores, que desejam investir em projetos mais eficazes; ao governo, basicamente para a prestação de contas; e aos empregados, que são capazes de analisar o desempenho social da entidade. No que tange à distribuição social da riqueza, é verificado que a mesma gira em torno do ambiente em que a empresa está inserida e, em conformidade com o IFDM 2018, isso pode estar relacionado com as variações no desempenho socioeconômico dos municípios.

Se as entidades no geral têm o objetivo de serem lucrativas, ou seja, criar riqueza que quando são distribuídas aos envolvidos, desenvolvem socioeconomicamente a comunidade em que a empresa está inserida, capturadas pelo Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal, é plausível assumir que o valor agregado das entidades produza algum efeito no índice. Sendo assim, podemos supor que há uma relação entre os valores apresentados na DVA das entidades e o IFDM dos respectivos municípios em que essas entidades operam.

Surge então a questão que será investigada nessa pesquisa: Os valores apresentados pelas empresas em suas respectivas Demonstrações do Valor Adicionado, tem associação com o Índice Firjam de Desenvolvimento Municipal dos municípios sede dessas entidades?

Seguindo essa linha, a pesquisa tem como objetivo analisar a relação entre a distribuição de riquezas demonstradas na DVA das empresas de capital aberto e o IFDM dos municípios sedes dessas empresas.

Na tentativa de alcançar o objetivo da pesquisa, foi feita uma análise das informações contidas na DVA de empresas de capital aberto listadas na BM&FBovespa, que atuam em um único município e o IFDM desses respectivos municípios. A amostra é formada por 20 entidades que operam em 20 municípios, sendo que esses dados correspondem a demonstrativos de 2010 a 2016.

O presente estudo justifica-se por relacionar dois grandes temas para a comunidade, analisando se, de fato, há possibilidade de verificar a relação entre a riqueza gerada por entidades e seu efeito na sociedade por meio de um Índice de desenvolvimento. Ainda assim, proporciona a chance de testar as relações existentes entre o IFDM e o valor agregado contido na DVA das empresas.

Os resultados demonstram que não há correlação entre os valores apresentados na Demonstração do Valor Adicionado e o IFDM, identificada por uma análise usando o coeficiente de correlação de postos de Spearman. Contudo, na visão da Ciência Contábil, os resultados mostram a contribuição da pesquisa, no sentido de analisar a funcionalidade da DVA como instrumento informacional.

REFERENCIAL TEÓRICO

Demonstração do Valor Adicionado – DVA

Para um melhor entendimento da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), devemos abordar um aspecto importante da mesma, o valor adicionado. Já que a DVA informa sobre o cálculo do valor adicionado e sua aplicação e distribuição entre as partes interessadas e envolvidas na empresa (VAN STADEN, 2000).

O conceito de Valor Adicionado vem basicamente do processo de manufatura, onde uma empresa converte matéria prima em produtos acabados. O excesso do valor de mercado sobre o custo dos materiais é definido como valor adicionado. (MANDAL; GOSWAMI, 2008)

Santos e Hashimoto (2003) afirmam que o conceito de valor adicionado é amplamente empregado na ciência econômica, com o objetivo de calcular e definir o produto nacional. O produto

nacional, por sua vez, é intrinsecamente ligado a noção de riqueza empregado no sistema econômico atual.

Seguindo essa mesma linha, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis ressalta:

> A DVA está fundamentada em conceitos macroeconômicos, buscando apresentar, eliminados os valores que representam dupla-contagem, a parcela de contribuição que a entidade tem na formação do Produto Interno Bruto (PIB). Essa demonstração apresentada o quanto a entidade agrega de valor aos insumos adquiridos de terceiros e que são vendidos ou consumidos durante determinado período (CPC 09, 2008, p. 4).

Portanto isso demonstra a forte influência da macroeconomia na DVA. Conceitualmente a DVA é uma ferramenta do Balanço social e segundo Santos e Hashimoto (2003), é uma ferramenta que permite analisar e verificar a performance econômica da entidade e o relacionamento da mesma com a sociedade que ela está inserida, possuindo assim, uma natureza econômica.

Corrobora Mandal e Goswami (2008) destacam que a DVA pode ser definida como um relatório que mostra a renda da empresa como uma entidade e como é essa renda é dividida entre as pessoas que contribuíram para a sua criação. Enquanto a DRE demonstra a renda dos sócios, a DVA exemplifica a renda de um grande grupo de indivíduos ligados direta ou indiretamente a empresa como provedores de capital, funcionários e o governo.

Desse modo, Santos (1999, p. 98) conclui:

> [...] a Demonstração do Valor Adicionado – DVA é muito mais abrangente, pois não está exclusivamente voltada para a apuração do resultado, porquanto considera outros fatores de produção e aponta suas respectivas remunerações. São componentes dessa demonstração, além da informação relativa à riqueza gerada pela empresa, a forma com que essa riqueza é distribuída através de impostos pagos ao governo, juros e aluguéis destinados a financiadores externos, remunerações pagas aos trabalhadores e lucros e dividendos (ou juros sobre o capital próprio, como prevista na legislação brasileira) atribuídos aos proprietários, sócios e acionistas.

Sendo assim é notável a capacidade de exemplificação da DVA, no que tange a relação de empresas com a sociedade na qual a mesma está inserida. Desse modo, o próximo tópico busca analisar os objetivos e a formação do Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal (IFDM).

Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal (IFDM)

Criado em 2008, o Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal (IFDM), é um indicador composto, que avalia igualmente, três áreas: Emprego & Renda, Educação e Saúde. Considerando as diferentes realidades municipais, o IFDM de um município é consolidado em um único número de desenvolvimento socioeconômico local, através da média simples das três categorias (FIRJAN, 2018).

O IFDM monitora as três áreas – Emprego & Renda, Educação e Saúde, utilizando apenas estatísticas publicas oficiais, sendo as fontes primarias de dados os Ministérios do Trabalho e Emprego, da Educação e da Saúde. Acompanhando as conquistas e os desafios socioeconômicos brasileiros pela perspectiva da competência municipal, o IFDM considera a atenção dada à educação infantil e fundamental, a saúde básica e a preservação de um ambiente de negócios propicio para a criação local de emprego e geração de renda (FIRJAN, 2018).

O quadro 1 apresenta as variáveis que fazem parte do Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal:

Quadro 1 - Variáveis do Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal

Emprego & Renda	Educação	Saúde
• Geração de emprego formal • Taxa de formalização do mercado de trabalho • Geração de renda • Massa salarial real no mercado de trabalho formal • Índice de Gini de desigualdade de renda no trabalho formal Fonte: Ministério do Trabalho	• Atendimento à educação infantil • Abandono no ensino fundamental • Distorção idade-série no ensino fundamental • Docentes com ensino superior no ensino fundamental • Média de horas aula diárias no ensino fundamental • Resultado do IDEB no ensino fundamental Fonte: Ministério da Educação	• Proporção de atendimento adequado de pré-natal • Óbitos por causas mal definidas • Óbitos infantis por causas evitáveis • Internação sensível à atenção básica (ISAB) Fonte: Ministério da Saúde

Fonte: Elaboração própria. Base de dados: IFDM (2018). Ano Base 2016.

O índice estabelece valores para a avaliação, que variam de 0 a 1, sendo que, quanto mais próximo de 1, maior o desenvolvimento local. Seguindo essa linha, o IFDM estabeleceu quatro categorias:

- ✓ Municípios com IFDM entre 0,0 e 0,4: baixo estágio de desenvolvimento;
- ✓ Municípios com IFDM entre 0,4 e 0,6: desenvolvimento regular;
- ✓ Municípios com IFDM entre 0,6 e 0,8: desenvolvimento moderado;
- ✓ Municípios com IFDM entre 0,8 e 1,0: alto estágio de desenvolvimento.

Para os objetivos dessa pesquisa, o IFDM se enquadra na tarefa de se relacionar com a riqueza criada pelas empresas, já que ele mede o impacto social dos municípios, e a DVA demonstra a aplicação da riqueza no âmbito social. Essa analogia será melhor explorada no próximo tópico, onde as hipóteses serão apresentadas.

A relação entre a DVA com o IFDM e hipóteses de pesquisa

Segundo Marolli (2011), com a grande participação das empresas no cenário socioeconômico, elas têm afetado a redução de desigualdades sociais, desenvolvimento de regiões e a qualidade de vida. Isso tudo é provocado pela participação nos processos produtivos e na geração de emprego e consequentemente renda (*apud* CUNHA; OLIVEIRA; RECH, 2015).

Para Marion (2012), o valor adicionado tenta evidenciar onde a renda da empresa está sendo canalizada. Admitindo que essa renda é um ‘’ bolo’’, questiona-se para onde cada fatia de bolo está sendo distribuída?

De acordo com Costa, Guimarães e Mello (2013), é esperado de entidades localizadas em determinado município, absorção da mão de obra local, pensando na geração de benefícios na comunidade, mediante salário e do fluxo de mercadorias e serviços. Baseado na expectativa de que eles colaborem com o desenvolvimento da região em que estão inseridos e que essa contribuição esteja evidenciada no valor adicionado, têm-se as primeiras hipóteses de pesquisa:

> H0 – O valor publicado pelas empresas em suas respectivas DVAs como distribuído aos empregados não está associado com o IFDM – Emprego & Renda dos municípios onde as empresas operam.
>
> H1 – O valor publicado pelas empresas em suas respectivas DVAs como distribuído aos empregados está associado com o IFDM – Emprego & Renda dos municípios onde as empresas operam.

No momento em que uma determinada empresa se instala em um município, ela idealmente deve empregar mão de obra local, gerando benefícios para a comunidade. Essa remuneração aos empregados, implicará na redução de serviços assistenciais do governo e incentivará a criação de novos postos de trabalho (COSTA; GUIMARÃES; MELLO, 2013)

Ademais, o aumento das atividades comerciais e de serviços, gera uma maior renda na comunidade e em virtude disso, mais renda é arrecadada via impostos. Essa renda será transformada em melhorias na saúde dos municípios em que a entidade está inserida.

Além disso, os municípios participam da verba tributária dos governos federais e estaduais, assim, recebendo recursos dos mesmos. E uma quantidade maior de recursos no município, resulta em maior qualidade de vida para a população. Com base nesses argumentos, temos as seguintes hipóteses de pesquisa:

> H2 – O valor publicado pelas empresas em suas respectivas DVAs como distribuído ao governo, não está associado com o IFDM – Saúde dos municípios onde as empresas operam.
>
> H3 – O valor publicado pelas empresas em suas respectivas DVAs como distribuído ao governo, está associado com o IFDM – Saúde dos municípios onde as empresas operam.

Na mesma linha, os valores recolhidos pelas empresas, devem não só impactar a saúde, mas também a estrutura educacional da região. Esse desenvolvimento também é medido pelo IFDM, na categoria Educação. Portanto, baseando-se nesses fundamentos, tem-se as seguintes hipóteses de pesquisa:

> H4 – O valor publicado pelas empresas em suas respectivas DVAs como distribuído ao governo via impostos, não está associado com o IFDM – Educação dos municípios onde as empresas operam.
>
> H5 – O valor publicado pelas empresas em suas respectivas DVAs ao governo via impostos, está associado com o IFDM – Educação dos municípios onde as empresas operam.

Costa, Guimarães e Mello (2013) destacam que não é sempre que o estabelecimento de uma entidade gera benefícios para a comunidade. Por exemplo: se uma entidade localizada em um município X, utiliza mão de obra do município Y, os recursos que foram distribuídos pelas empresas, serão despendidos no município Y, e isso sustenta a hipótese que nega a relação entre o valor distribuído às três esferas de governo e o IFDM.

Sendo assim, não haverá um grande desenvolvimento econômico no município sede, se o único beneficiário da empresa forem municípios vizinhos. Isso irá agravar a situação, visto que a empresa utiliza de recursos municipais para exercer sua atividade (CUNHA; OLIVEIRA; RECH, 2015)

Por fim, é necessário verificar se o valor descrito na DVA pelas empresas, como sujeito a distribuição, afeta o desenvolvimento municipal dos municípios. Assim, exemplifica-se o ultimo grupamento de hipóteses que serão testadas:

H6 – O valor publicado pelas empresas em suas respectivas DVAs como valor adicionado a distribuir, não está associado com o IFDM – Geral dos municípios onde as empresas operam.

H7 – O valor publicado pelas empresas em suas respectivas DVAs como valor adicionado a distribuir, está associado com o IFDM – Geral dos municípios onde as empresas operam.

Com base nesse agregado de oito hipóteses, os dados foram normalizados e testados. Os resultados são expostos, a seguir, após a exemplificação e descrição da metodologia.

METODOLOGIA

Baseado nas hipóteses e seus vínculos entre o valor distribuído pelas empresas e o Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM), na ótica metodológica, a atual pesquisa pode ser caracterizada como descritiva (GIL, 2002), pois tem por objetivo demonstrar a relação entre o valor distribuído pelas entidades e o IFDM dos municípios sedes.

Quanto aos procedimentos técnicos de análise e coleta de dados, tipifica-se como documental (GIL, 2002), pois tem como principal fonte as DVAs publicadas pelas empresas analisadas, que podem ser consideradas documentos de segunda mão.

Quanto a abordagem do problema, caracteriza-se como quantitativa (PRODANOV; FREITAS, 2013), pois faz uso de técnicas estatísticas e busca uma relação entre variáveis para garantir um resultado acurado na análise dos dados.

Os dados foram coletados a partir das demonstrações do valor adicionado divulgadas na BM&FBovespa, sendo essas publicações correspondentes aos anos de 2010 a 2016. A população pesquisada corresponde as 426 empresas listadas na BM&FBOVESPA.

A amostra é formada por 20 empresas que possuem suas atividades econômicas focadas em um único município. Seguindo esse critério, foi verificado o IFDM de cada município para análise da associação entre os valores distribuídos dessas organizações e o IFDM. Para análise, foram coletados os dados das publicações anuais do IFDM.

Para testar a associação entre o IFDM dos municípios sede das empresas e o valor distribuído pelas mesmas, foi utilizada a análise de coeficiente de correlação de postos de Spearman, por meio da Spearman's Rank Correlation Coefficient Rs and Probability (p) Value Calculator.

APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Após a coleta de dados, foi realizada uma análise de normalidade dos dados, para assim saber o mais adequado tratamento. Os resultados mostraram a não normalidade das séries, sendo assim a análise de coeficiente de correlação de postos de Spearman a mais adequada para a presente pesquisa.

Para a interpretação do p-value, foi usado a tabela 1:

Tabela 1 P-value e evidência para rejeitar a hipótese nula

P-value	P-value %	Evidência para rejeitar h0
mais de 0.1	>10%	Muito fraca
Entre 0.1 - 0.05	10%-5%	Fraca
entre 0.05 e 0.01	5%-1%	Forte
menos que 0.01	<1%	Muito forte

Fonte: Barcelona Field Studies Centre.

A primeira análise feita foi a associação entre os o valor publicado pelas empresas como distribuído aos empregados e o IFDM – Emprego & Renda. Objetivando verificar se o desenvolvimento municipal medido pelo IFDM é impactado pelo valor distribuído aos empregados e, desse modo também testar a associação dos mesmos. A Tabela 2, apresenta os P-values da análise de coeficiente de correlação encontrados entre as nossas duas variáveis.

Tabela 2 – Coeficientes de correlação entre o Valor Adicionado distribuído aos Empregados e o IFDM – Emprego & Renda

2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
0,3023	0,0782	0,1248	0,015	0,0571	0,0526	0,1805

Fonte: Elaboração própria.

Observando a tabela 2, podemos perceber que a distribuição do valor adicionado aos empregados e o Índice Firjam de Desenvolvimento Municipal – Emprego & Renda possuem baixos coeficientes de correlação no período escolhido e analisado pela pesquisa. Vale destacar que, em 2012 e 2016, o valor do coeficiente de correlação foi negativo.

Isso ocorre pois, como Costa, Guimarães e Mello (2013) descrevem, uma indústria pode obter autorização para funcionar em um município, mas utilizar mão de obra de outros municípios. Com isso,

os recursos de um município são consumidos, mas o retorno, em salário por exemplo, é retornado para outro município.

Os valores de correlação apresentados na Tabela 2 indicam uma total ausência de associação entre o valor distribuído aos empregados e o IFDM – Emprego & Renda dos municípios sede das empresas, no período analisado. Seguindo essa linha, podemos então rejeitar a hipótese H1 e aceitar a hipótese H0, ou seja, o valor publicado pelas empresas em suas respectivas DVAs como distribuído aos empregados não está associado com o IFDM – Emprego & Renda dos municípios onde as empresas operam; sendo assim, não está associado com os índices.

O valor negativo da associação entre o valor distribuído pelas empresas aos empregados e o IFDM – Emprego & Renda indica uma diminuição das condições socioeconômicas dos municípios sede das empresas. Essa aproximação não levou em consideração como essas entidades impactam o município com impostos.

Sendo assim, a Tabela 3, a seguir, objetiva expor os P-values da análise de coeficiente de correlação encontrados entre os impostos distribuídos e o IFDM – Saúde.

Tabela 3 – Coeficientes de correlação entre o Valor distribuído para o Governo e o IFDM – Saúde

2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
0,1474	0,1549	0,012	0,1248	0,0496	0,1462	0,0812

Fonte: Elaboração própria.

Com a análise da Tabela 3, previamente identificada, podemos perceber que todos os coeficientes são muito fracos, sendo três deles negativos e quatro positivos. Isso pode ser explicado pela pequena arrecadação dos municípios perante a sua necessidade.

Outra explicação possível é que os impostos que as empresas pagam, não são destinados apenas à Saúde. Sendo assim, os impostos arrecadados são distribuídos para todas as partes da nossa federação e não apenas aos municípios.

Do ponto de vista das hipóteses levantadas nessa pesquisa, para analisar a riqueza distribuída para o governo, os coeficientes de correlação presentes na Tabela 3 sugerem uma total ausência de associação entre o valor agregado distribuído ao governo e o IFDM – Saúde dos municípios sede dessas entidades. Sendo assim, devemos aceitar a hipótese H2 e rejeitar a hipótese H3, ou seja, o valor publicado pelas empresas em suas respectivas DVAs como distribuído ao governo, não está associado com o IFDM – Saúde dos municípios onde as empresas operam.

Seguindo essa linha, da análise da riqueza distribuída ao governo, a Tabela 4, a seguir, apresenta os P-values da análise de coeficiente de correlação encontrados na comparação com o IFDM – Educação.

Tabela 4 – Coeficientes de correlação entre o Valor distribuído para o Governo e o IFDM – Educação

2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
0,117	0,0872	0,0797	0,0677	0,1338	0,0977	0,0451

Fonte: Elaboração própria.

Podemos notar que a Tabela 4 possui cinco valores negativos. Isso ocorre pois, assim como na Tabela 3, a arrecadação municipal pode ser baixa frente a necessidade dos mesmos.

Outra explicação para esses valores negativos, seria a distribuição desses impostos. Os impostos não são exclusivos para a educação e muito menos exclusivos ao município sede das empresas, sendo assim, esses recursos são distribuídos para outras necessidades governamentais e para outras regiões.

No que tange a hipóteses levantadas, devemos então negar a hipótese H5 e aceitar a hipótese H4, ou seja, que o valor publicado pelas empresas em suas respectivas DVAs como distribuído ao governo via impostos, não está associado com o IFDM – Educação dos municípios onde as empresas operam.

Por fim, tendo em vista que todo o valor adicionado pelas empresas afeta o desenvolvimento municipal e consequentemente o IFDM dos municípios onde as entidades operam, já que a riqueza criada pelas empresas, é distribuída para seus stakeholders, foi feita uma análise dos coeficientes de correção entre o valor adicionado a distribuir apresentado na DVAs das empresas e o IFDM – Geral dos municípios. A Tabela 5, apresenta os resultados desse teste.

Tabela 5 – Coeficiente de correlação entre o valor adicionado a distribuir e o IFDM - Geral

2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
0,098	0,1835	0.2	0,0184	0,0752	0,0902	0,0711

Fonte: Elaboração própria.

Analisando a Tabela 4, vemos apenas dois valores positivos e cinco valores negativos, com 2012 sendo o período mais positivo. Ainda assim, nenhum desses valores demonstra qualquer relação entre as variáveis.

Podemos também notar que a análise do valor adicionado a distribuir com o IFDM – Geral segue a mesma linha dos outros valores, o que pode demonstrar que deixar os valores em conjunto não interfere na análise.

Baseando-se nos resultados apresentado pela Tabela 5, podemos então rejeitar a hipótese H7 e consequentemente aceitamos a hipótese H6, ou seja, que o valor publicado pelas empresas em suas respectivas DVAs como valor adicionado a distribuir, não está associado com o IFDM – Geral dos municípios onde as empresas operam.

Sendo assim, os resultados demonstram que a riqueza criada e depois distribuída pelas empresas não possui o poder de mudar o nível socioeconômico dos municípios da nossa amostra. Esse tipo de atestação sugere que, todo o valor agregado por essas entidades econômicas aos municípios, não atende toda a demanda estrutural dos municípios.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados apresentados no capítulo anterior, subvertem as expectativas no que tange a uma possível associação significativa. Existem inúmeras possíveis causas para essa ausência de associação.

Analisando os dados da pesquisa, podemos destacar o tamanho das empresas escolhidas. Sendo operar em um único município o principal critério de seleção, mesmo as empresas sendo entidades de grande porte, com ações negociadas na Bovespa, elas podem não possuir capacidade suficiente para afetar os municípios onde elas atuam. Outro fator que podemos elencar são os municípios escolhidos, já que alguns deles, como Rio de Janeiro, são grandes e provavelmente são menos impactados pelo valor adicionado de um grupo de empresas, sendo assim, o efeito no IFDM seja produzido por outros fatores que não são levados em conta na pesquisa.

No que tange à resposta da questão de pesquisa, foi constatado que os valores da riqueza criada pelas empresas e apresentadas nas suas respectivas DVAs, não apresentou qualquer associação com os índices FIRJAM de desenvolvimento municipal. Baseando-se nos coeficientes de correlação demonstrados e analisados nessa pesquisa, verifica-se que a associação entre o IFDM e os valores distribuídos pelas empresas abertas, que concentram suas atividades econômicas em apenas um município, é muito baixa. Portanto, deduzimos que o valor agregado que é distribuído aos stakeholders não afeta diretamente a realidade socioeconômica dos municípios que, consequentemente, são medidas pelo IFDM.

Em relação as limitações, é possível que os resultados sejam diferentes e mais acurados caso se use outro índice ou mais índices em uma próxima pesquisa. Também é sugerido uma amostra maior de

empresas, já que na presente pesquisa, foi feito o uso de 20 entidades. É sugerido também que em uma possível continuidade dessa pesquisa, o pesquisador use uma amostragem de tempo maior e talvez municípios diferentes.

REFERÊNCIAS

COSTA, C. L. O. GUIMARÃES, T. R. MELLO, L. C. B. B. "Os possíveis benefícios gerados pela obrigatoriedade da publicação da demonstração do valor adicionado pelas empresas de capital aberto". **Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ**, vol. 18, n. 3, 2013.

CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis. "Pronunciamento Técnico CPC n. 9: Demonstração do Valor Adicionado". **Portal Eletrônico do CPC** [2008]. Brasília: CPC, 2008. Disponível em: <http://static.cpc.aatb.com.br/Documentos/175_CPC_09.pdf>. Acesso em: 07/09/2019.

CUNHA, M. F.; OLIVEIRA, M. S.; RECH, I. J. "Relação entre a distribuição de riqueza apresentada na DVA e o IDH-M dos municípios sede de empresas abertas". **Anais do XV Congresso USP: Controladoria e Contabilidade**. São Paulo: USP, 2015.

CUNHA, J. V. A.; RIBEIRO, M. S.; SANTOS, A. "A demonstração do valor adicionado como instrumento de mensuração da distribuição da riqueza". **Revista Contabilidade & Finanças USP**, n. 37, Janeiro/Abril, 2005.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4ª edição. São Paulo: Editora Atlas, 2002.

FIRJAN - Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro. "Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal 2018". **Portal Eletrônico da FIRJAN** [2018]. Disponível em: <https://www.firjan.com.br/ifdm/downloads/>. Acesso em: 07/09/2019.

MARCELINO, J. A.; DE SOUZA, A. B. "Análise das demonstrações contábeis: um comparativo entre as cooperativas de crédito SICREDI e SICOOB". **Brazilian Journal of Business**, vol. 2, n. 1, 2020.

MANDAL, N.; GOSWAMI, S. "**Value Added Statement (VAS)** – A Critical Analysis. A case study of Bharat Heavy Electricals Limited". **Great Lakes Herald**, vol. 2, n. 2, 2008.

MARION, J. C. **Contabilidade Empresarial**. 16ª edição. São Paulo: Editora Atlas, 2012.

MAROLLI, G. **Desenvolvimento local**: um estudo baseado na importância das micro e pequenas empresas no município de Pitanga/PR (Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento Regional). Canoinhas: Universidade do Contestado, 2011.

SANTOS, A. **Demonstração contábil do valor adicionado – DVA** – Um instrumento para medição da geração e distribuição de riqueza das empresas (Tese de Livre Docência). São Paulo: USP, 1999.

SANTOS, A.; HASHIMOTO, H. "Demonstração do valor adicionado: algumas considerações sobre carga tributária". **Revista de Administração - RAUSP**, vol. 38, abril, junho, 2003.

PRODANOV, C. C. FREITAS, E. C. **Metodologia do Trabalho Científico**: Métodos e Técnicas da Pesquisa e do Trabalho Acadêmico. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

VAN STADEN C. J. “Revisiting the Value Added Statement: To publish or Not to publish”. **Proceedings of the 12th Asian Pacific Conference on International Accounting issues**, October, 2000.

VAN STADEN, C. VORSTER, Q. “The usefulness of the value added statement: a review of the literature”. **Meditari Accountancy Research**, vol. 6, 1998.



BOLETIM DE CONJUNTURA (BOCA)

Ano I | Volume 1 | Nº Especial | Boa Vista |2019

http://www.ioles.com.br/boca

Editor chefe:

Elói Martins Senhoras

Conselho Editorial

Antonio Ozai da Silva, Universidade Estadual de Maringá

Vitor Stuart Gabriel de Pieri, Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Charles Pennaforte, Universidade Federal de Pelotas

Eloi Martins Senhoras, Universidade Federal de Roraima (UFRR), Brasil

Patrícia Nasser de Carvalho, Universidade Federal de Minas Gerais

Conselho Científico

Claudete de Castro Silva Vitte, Universidade Estadual de Campinas

Fabiano de Araújo Moreira, Universidade de São Paulo

Flávia Carolina de Resende Fagundes, Universidade Feevale

Hudson do Vale de Oliveira, Instituto Federal de Roraima

Laodicéia Amorim Weersma, Universidade de Fortaleza

Marcos Antônio Fávaro Martins, Universidade Paulista

Marcos Leandro Mondardo, Universidade Federal da Grande Dourados

Reinaldo Miranda de Sá Teles, Universidade de São Paulo

Rozane Pereira Ignácio, Universidade Estadual de Roraima